

O Congresso de Campinas

J. CHASIN *folha de São Paulo*

Longamente aguardado e razão de muita polêmica, não poderia haver melhor hora para a realização do Congresso Nacional dos Docentes Universitários, que transcorrerá de hoje a 20 deste mês. Coincidem, em outros termos, necessidade e oportunidade. Necessidade — sentida pelo movimento dos professores universitários de criar a sua entidade nacional, dada a amplitude e força que o mesmo alcançou; e oportunidade — consubstanciada pela conjugação, neste momento, das melhores condições e fatores para fazê-lo.

Coincidência que a greve nacional das universidades federais autárquicas, ao final do ano passado, condicionou e fez emergir.

Antes da ocorrência do extraordinário movimento, que mobilizou todas as federais autárquicas e sensibilizou a melhor parte de toda a comunidade acadêmica do País, a entidade nacional era, afinal de contas, não mais do que uma aspiração válida, porém abstrata; uma exigência sentida, contudo, ainda bastante artificiosa, em especial quando, em nome da necessidade de sua criação, chegou mesmo a brotar, no seio do movimento, uma linha de pensamento e ação completamente equivocada, que se dispunha a sacrificar a dinâmica do próprio movimento em pretenso e ilusório benefício daquela.

A lógica e a força da greve superaram articulações convencionais e fizeram brotar, da própria realidade em luta, a demanda imperativa e concreta de uma entidade nacional, revelando até mesmo os traços fundamentais de seu perfil.

A polêmica, então, de especulativa se converteu em análise de necessidades e possibilidades objetivas.

E a primeira evidência, então, se estabeleceu: a fundação da entidade nacional não deveria ser protelada sob qualquer pretexto, e compreendido perfeitamente que sua criação não se resume a um ato deliberativo único, fechado em si, mas a um processo constitutivo mais alargado, que ultrapassa e finaliza (provavelmente com um segundo Congresso) os trabalhos fundamentais do próximo e primeiro Congresso dos Docentes Universitários.

Em outro plano, firmou-se com transparência que a criação da entidade nacional teria que ser, ao mesmo tempo, fortalecimento e desenvolvimento das entidades locais, e não qualquer forma de estreitamento ou minimização, em qualquer nível ou função, da importância destas.

Decorrentemente, o caráter representativo (e, portanto, a mecânica de afiliação) de todos os docentes universitários brasileiros, a ser conferido à entidade nacional, o será pela mediação das entidades locais, constituindo-se aquela, por outro lado, numa organização em si, dotada de legitimidade e legalidade próprias. O que a manterá, em suma, atada à fertilidade e autenticidade das bases, ao mesmo tempo que lhe conferirá a agilidade e a "independência de vôo" proporcionadas por uma orgânica coerente e operativa pelos seus próprios atributos constitutivos. O que faz com que sejam ultrapassadas, concomitantemente, duas possibilidades negativas, que por alguma razão, sempre insatisfatória, poderiam eventualmente prevalecer: de um lado, a imitação conformista do federalismo burocrático; doutro, a solução, de igual modo injustificável, que seria fazer perdurar as formas atuais de coordenação nacional do movimento, que a força da realidade impôs a todos, que tiveram seu papel e prestaram seus serviços, mas que hoje se encontram completamente esgotadas.

Tudo isso implicando numa resolução estatutária que, quanto mais sucinta e genérica for, tanto melhor, na certeza de que nenhuma questão ou problema político sério se resolve pela via formal dos estatutos, mas exclusivamente através da lógica viva da própria política.

Resolubilidade que, acima de tudo, se materializa por um programa de lutas, a ser estabelecido; forma precípua de fortalecer e prosseguir desenvolvendo o movimento nacional dos docentes universitários e de sua expressão maior, a partir de sua criação — a entidade nacional.

Programa de lutas que está iluminado, mais uma vez, pela greve nacional dos fins do ano passado, quando os professores universitários puderam concretamente se identificar e assumir como parcela da força de trabalho do País, compreendendo simultaneamente que seus esforços e pugnias são parte integrante do processo decisivo das lutas travadas por todos os trabalhadores brasileiros, que têm contra si a superexploração do trabalho da política econômica vigente.

Tal processo de tomada de consciência não pode ser tomado apenas como um avanço dos professores que fizeram e viveram diretamente a greve, mas como patrimônio de todo o movimento. O que fertiliza por inteiro a batalha pela democratização da universidade, pois a vincula necessariamente à edificação em geral da democracia, o que passa pela impugnação da política do arrocho, que se constitui no impedimento fundamental da construção democrática no País.

A entidade nacional dos docentes universitários, a ser criada dentro de dias, não aparece, pois, como mero instrumento corporativo, mas, dadas as condições brasileiras, revela desde logo, à semelhança dos organismos de luta dos trabalhadores em geral, seu caráter mais amplo, sua natureza de ferramenta mais extensa e qualitativamente mais rica. Em outros termos, as associações docentes e seu movimento possuem uma dupla dimensão: possuem delineamento sindical e dinâmica política.

Tudo isto dá o relevo do Congresso de Campinas.

J. Chasin é presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba, coordenador-geral da revista "Escrita/Ensaio" e autor de "O Integralismo de Plínio Salgado".